



TERMO DE REFERÊNCIA	DOD Nº 30/2025
1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
<p>Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM. CNPJ nº: 03.183.937/0001-38 Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69058-795. Cidade: Manaus Estado: Amazonas Equipe de Planejamento da Contratação: Gabrielle Queiroz Almeida - GEPEC/ RH Alessandra de Moraes Veras - GEPEC/ RH Márcia Campelo da Silva - GEPEC Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos - GEPEC</p>	
2. OBJETO	
<p>2.1. Produto ou serviço a ser contratado: 2.1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em Medicina do Trabalho e saúde ocupacional, com realização de exames ocupacionais e programas para atender a legislação vigente e as normas da AFEAM.</p>	
<p>2.2. Característica do Objeto 2.2.1. O objeto, contratação de empresa para realização de exames e programas de saúde ocupacionais, é considerado comum.</p>	
<p>2.3. Subcontratação 2.3.1. Não será aceita subcontratação do objeto.</p>	
3. JUSTIFICATIVA	
<p>3.1. Os Programas de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho são parte fundamental para a construção e manutenção da qualidade de vida e têm como objetivo atuar de maneira preventiva, com ações que visam eliminar ou atenuar os riscos ocupacionais bem como as causas de mal-estar no ambiente de trabalho;</p> <p>3.2. O objetivo da contratação dos serviços é atender a legislação vigente e as normas da AFEAM, tais como o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;</p> <p>3.3. A complexidade e a criticidade dos serviços envolvidos, bem como as exigências legais e normativas, tornam imprescindível a seleção de uma empresa com comprovada expertise e capacidade técnica para garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos nossos colaboradores, além de assegurar a conformidade legal da organização.</p> <p>3.4. A estimativa da quantidade a ser contratada baseou-se no quantitativo atual de colaboradores e os</p>	

quantitativos da demanda do contrato anterior. Entretanto, poderá ocorrer a inclusão de novos colaboradores, os quais serão incluídos a qualquer tempo, por meio da solicitação pela CONTRATANTE, diretamente a CONTRATADA, ou juntamente com os serviços mensais solicitados;

3.5. A despesa dessa contratação está contemplada no Planejamento estratégico da AFEAM na rubrica nº 8.1.7.57.00.00.009 - Exames Médicos Obrigatórios.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E DO QUANTITATIVO

4.1 Especificações e quantidades:

4.1.1. Os serviços serão licitados da seguinte forma:

Item	CATSER	Descrição do material ou serviço	Unid Fornec	Qtd meses
1	8818	Contratação de empresa em prestação de serviços especializados em Medicina do Trabalho e saúde ocupacional, com realização de exames ocupacionais, para atender as necessidades da AFEAM.	serviço	12

4.1.2. Descrições mínimas dos serviços a serem executados:

4.1.2.1. Os serviços deverão ser executados com as seguintes características:

4.1.2.1.1. Os atendimentos e exames admissionais, demissionais, periódico, mudança de função/risco, retorno ao trabalho, enquadramento PCD, consulta e complementares, se necessário, devem ser realizados em rede própria da contratada ou rede credenciada de serviços de saúde, que deverá ser oferecida e gerida pela Contratada, e que deverá conter toda a gama de exames indicados, quando da necessidade de exames complementares;

4.1.2.1.2. Os serviços deverão ser executados, conforme solicitação, por demanda de acordo com a necessidade da AFEAM;

4.1.2.1.3. A AFEAM poderá solicitar reuniões mensais com a CONTRATADA em sua sede administrativa ou virtual para definições e ajustes de procedimentos, caso sejam necessários;

4.1.2.1.4. Os exames, coletas e emissão de ASOS periódicos deverão ser realizados na sede da AFEAM de acordo com as datas acordadas entre as partes;

4.1.2.1.4.1. A empresa contratada deverá enviar o comprovante dos eventos enviados ao e-social para AFEAM, por meio eletrônico, conforme a demanda;

4.1.2.1.5. A AFEAM poderá, ainda, solicitar outros relatórios e dados gerenciais em caso de necessidade e conveniência da administração.

4.1.2.2. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)

4.1.2.2.1. O Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) admissional, demissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de função/risco, enquadramento PCD e consulta deverá ser emitido em duas vias, devendo elas serem entregues imediatamente ao término da consulta ao colaborador, caso não haja a necessidade de exames complementares;

4.1.2.2.2. O Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) referente aos exames médicos ocupacionais deverão ser disponibilizados eletronicamente, acompanhado de relação nominal, com envio eletrônico mensal de exames realizados ao RH para análise e controle do pagamento;

4.1.2.2.3. Os ASOS deverão ser realizados conforme às necessidades e demanda da AFEAM e atender dentro dos prazos estipulados pela AFEAM;

4.1.2.3. Equipe técnica utilizada nas atividades contratada:

4.1.2.3.1. A contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

4.1.2.3.2. Selecionar os empregados com funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho e em conselhos regionais de exercício profissional.

4.1.2.3.3. A relação dos profissionais médicos das clínicas ou médicos conveniados da CONTRATADA deverão estar constantemente atualizadas e disponíveis à CONTRATANTE, constando desta: nome, cpf, formação específica, registro no CRM-AM e registro na sociedade médica de sua especialidade quando houver;

4.1.2.4. PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

4.1.2.4.1. Preconizado pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR nº7, o PCMSO detecta incidências de patologias entre a população de empregados, fornecendo os elementos para estudo da correlação entre adoecimento e as condições e os processos de trabalho existentes. Quando detectados indicativos da existência de fatores desencadeantes de patologias, deverão ser desenvolvidas estratégias de ação e prevenção que garantam a promoção à saúde e integridade dos servidores da AFEAM.

4.1.2.4.2. As ações do PCMSO contemplam no mínimo os seguintes serviços:

a) Elaboração, planejamento e assistência técnica na implantação do PCMSO, em observância às prescrições normativas discriminadas na NR-7.

b) Elaboração e envio do Relatório Analítico Anual do PCMSO, de acordo com os normativos previstos na NR-7, contendo a descrição completa das atividades desenvolvidas durante o período contratual, como: número de exames clínicos realizados; número e tipos de exames complementares realizados; estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função; incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função; informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela CONTRATADA, referente a seus colaboradores.

c) Avaliação de riscos com relação a danos à saúde dos empregados, com base no PGR, com fornecimento de orientações para a implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia após a implantação.

d) Indicar quais exames necessários para a elaboração do Atestado de Saúde Ocupacional que compõe o PCMSO.

e) Sugestão de treinamento, cursos e palestras relacionadas à saúde dos servidores.

f) A CONTRATADA deverá elaborar o PCMSO no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da solicitação feita pela CONTRATANTE. Diante da impossibilidade da entrega será proposto um novo prazo para conclusão e entrega desde que devidamente aprovado pela AFEAM;

g) Os programas de saúde ocupacional devem ser realizados e enviados no endereço eletrônico da AFEAM;

4.1.2.5. Plano e Gerenciamento de Riscos - PGR NR 01

a) As ações do Plano e Gerenciamento de Riscos - PGR NR 01 contemplam os seguintes serviços:

b) Reconhecimento de Riscos Ambientais com vistoria detalhada do ambiente de trabalho, com aferições e análises dos agentes de riscos ocupacionais e exposições dos servidores;

c) Elaboração do registro físico dos riscos existentes e que venham existir nas dependências da AFEAM;

d) Assistência técnica na implantação das medidas de controle (estratégia e metodologia de ação).

e) Plano de ação indicando treinamentos e ações necessárias;

4.1.2.6. Atividades mínimas a serem executadas

4.1.2.6.1. Monitorar a saúde laboral através dos seguintes exames médicos:

a) admissional;

b) periódico;

c) de retorno ao trabalho;

d) de mudança de função e/ou risco;

e) demissional;

4.1.2.6.2. Os exames acima tratados compreendem a avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental.

4.1.2.6.3. Realizar o exame médico periódico, o qual compreenderá:

a) História clínica ocupacional.

b) Exame físico geral.

c) Exames laboratoriais (sangue, urina, fezes)

d) Exames complementares, quando houver necessidade.

4.1.2.6.4. Os exames médicos periódicos obedecerão aos intervalos mínimos de tempo conforme PCMSO vigente e/ou determina a legislação do trabalho.

4.1.2.6.5. Realizar exame de retorno ao trabalho:

a) Fica estabelecido como exame de retorno ao trabalho aqueles realizados no primeiro dia útil da volta ao

trabalho de colaboradores ausentes por período igual ou superior a 30 (trinta) dias ou a critério do médico coordenador, por motivo de doença, acidente, de natureza ocupacional ou não;

b) Para a realização do exame de retorno ao trabalho será considerada principalmente a avaliação clínica, voltada para a patologia que motivou o afastamento;

c) Caso o médico encarregado constate que o colaborador não apresente condições de retornar ao trabalho, este será, imediatamente, reencaminhado ao INSS para reabertura do benefício.

4.1.2.6.6. Realizar o exame de mudança de função e/ou risco:

a) Mudança de função é toda e qualquer alteração de atividade, posto de trabalho ou de setor, que implique na exposição do colaborador a risco diferente daquele a que estava exposto antes da mudança;

b) O exame de mudança de função será obrigatoriamente realizado antes da data de mudança;

c) Para que seja concretizada a mudança de função, o colaborador deverá ser submetido aos exames complementares compatíveis com o novo risco ao qual estará exposto na nova função. Caso não haja alteração no risco, será submetido apenas ao exame clínico.

4.1.2.6.7. Realizar exame médico demissional:

a) O exame médico demissional deve ser realizado obrigatoriamente no prazo legal, isto é, até 10 dias da comunicação da demissão;

b) O exame médico demissional deverá compreender:

i. Histórico clínico e ocupacional.

ii. Exame físico geral.

iii. Exames complementares, caso sejam necessários e obrigatórios.

4.1.2.6.8. Durante o exame médico demissional o colaborador for considerado inapto para a função que vem exercendo, o médico encarregado da CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, para adoção das providências que se fizerem necessárias.

4.1.2.6.9. Realizar a emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), se a condição de inapto for relacionada à doença ocupacional ou a acidente de trabalho.

4.1.2.6.10. Emitir o relatório analítico e descritivo de acordo com o preconizado na NR7;

4.1.2.6.11. Fornecer orientação para a realização dos exames e consultas complementares para elucidação dos problemas de saúde ocupacional do colaborador;

4.1.2.6.12. Realizar os exames clínicos e complementares, quando for o caso;

4.1.2.6.13. Emitir parecer técnico pelo médico do trabalho, nos casos de acidente de trabalho e de problemas de saúde ocupacional;

4.1.2.7. Exames médicos:

4.1.2.7.1. Todos os exames e validações deverão ser encaminhados ao Departamento de Gestão de

Pessoas da AFEAM no prazo de até 1 dia útil a partir da data de emissão;

4.1.2.7.2. A marcação dos exames médicos deverá ser feita em, no máximo, 24h após a solicitação pela AFEAM;

4.1.2.7.3. A realização dos exames médicos deverá ser efetivada, na data solicitada previamente;

4.1.2.7.4. Os exames deverão ser atestados por um médico do trabalho;

4.1.2.7.5. Os atendimentos clínicos, bem como os exames complementares, deverão ser, necessariamente, realizados em espaço físico vinculado a uma clínica contendo responsável técnico devidamente habilitado, bem como com alvará de funcionamento válido;

4.1.2.7.6. Durante o exame médico demissional o colaborador for considerado inapto para a função que vem exercendo, o médico encarregado da CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, para adoção das providências que se fizerem necessárias e equipamentos de proteção utilizados;

4.1.2.7.7. Os dados clínicos obtidos nos Exames Clínicos Ocupacionais, incluindo a avaliação clínica (formulário de avaliação ou ficha clínica) e os resultados dos exames complementares, quando necessário, quanto à data e resultados dos exames, deverão ser armazenados em um sistema de gestão e controle a serem disponibilizados para a Contratante respeitando os prazos estabelecidos pelo e-Social, com acesso para visualização e impressão pelos profissionais do RH envolvidos com os processos de gestão de pessoas, saúde e segurança ocupacional.

4.1.2.7.8. Responsabilizará pela realização dos exames médicos previstos na NR-7 do Ministério do Trabalho e Previdência.

4.1.3. Quantidade de funcionários

4.1.3.1. A AFEAM possui hoje 177 (cento e setenta e sete) colaboradores, tendo como referência a data de 30 de abril de 2025.

4.1.3.2. O número de funcionários pode variar mensalmente, devido às admissões e demissões ao longo do período.

4.1.3.2.1. A inclusão de novos colaboradores poderá ser solicitada a qualquer tempo, pela CONTRATANTE, diretamente a contratada, ou juntamente com os serviços mensais solicitados, não, havendo para tanto a necessidade de elaboração de aditivo, desde que haja saldo no valor global do contrato a ser firmado;

4.1.4. Definições gerais:

4.1.4.1. A prestação do serviço licitado não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração da CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta;

4.1.4.2. A contratada deverá possuir filial de atendimento na cidade de Manaus;

4.1.4.3. Fornecer orientação para a realização dos exames complementares, quando for o caso.

4.1.4.4. A contratada deverá observar todas as atualizações relativas aos programas especificados neste Termo de Referência, considerando-as tanto na composição dos custos da proposta quanto na oferta de versões atualizadas dos referidos programas.

4.1.5. Os licitantes deverão apresentar proposta de preços de acordo com tabela abaixo:

Item	Sub item	Descrição técnica do material/serviço	Unid forneci-mento	Qtd esti-mada	Valor uni-tário	Valor Total
1	1.1	Exames Admissionais (De acordo com a demanda):	serviço	15		
		1. ASO/ANAMINESE				
		2. FATOR RH+TIPAGEM;				
		3. HEMOGRAMA COMPLETO;				
		4. COLESTEROL E FAÇÕES				
		5. COLESTEROL TOTAL				
		6. EPF - PARASITOLÓGICO				
		7. GLICOSE				
		8. TRIGLICERÍDIOS				
		9. URINÁLISE - EAS				
		10. CINÉSIO FUNCIONAL - apenas para o setor GETI				
		11. ACUIDADE VISUAL - apenas para os setores AUDIN e GADIR				
	1.2	Exames Demissionais (De acordo com a demanda):		15		
		1. ASO/ANAMINESE				
		2. HEMOGRAMA COMPLETO;				
		3. COLESTEROL E FAÇÕES				
		4. COLESTEROL TOTAL				
		5. EPF - PARASITOLÓGICO				
		6. GLICOSE				
		7. TRIGLICERÍDIOS				
		8. URINÁLISE - EAS				
		9. CINÉSIO FUNCIONAL - apenas para o setor GETI				

			10. ACUIDADE VISUAL - apenas para os setores AUDIN e GADIR				
		1.3	Retorno ao trabalho (De acordo com a demanda):		15		
			1. ASO/ANAMINESE				
		1.4	Mudança de função (De acordo com a demanda):		10		
			1. ASO/ANAMINESE				
			2. HEMOGRAMA COMPLETO;				
			3. COLESTEROL E FAÇÕES				
			4. COLESTEROL TOTAL				
			5. EPF - PARASITOLÓGICO				
			6. GLICOSE				
			7. TRIGLICERÍDIOS				
			8. URINÁLISE - EAS				
			9. CINÉSIO FUNCIONAL - apenas para o setor GETI				
			10. ACUIDADE VISUAL - apenas para os setores AUDIN e GADIR				
		1.5	Exames periódicos para elaboração do PCMSO (De acordo com a demanda):		180		
			1. ASO/ANAMINESE				
			2. HEMOGRAMA COMPLETO;				
			3. COLESTEROL E FAÇÕES				
			4. COLESTEROL TOTAL				
			5. EPF - PARASITOLÓGICO				
			6. GLICOSE				
			7. TRIGLICERÍDIOS				
			8. URINÁLISE - EAS				
			9. CINÉSIO FUNCIONAL - apenas para o setor GETI				
			10. ACUIDADE VISUAL - apenas para os setores AUDIN e GADIR				

	1.6	Envio ao E-social referente aos exames (ASO's) (De acordo com a demanda):		1		
	1.7	Elaboração dos programas de PCMSO e PGR (De acordo com a demanda):		1		
	1.8	Relatório Anual PCMSO (De acordo com a demanda):		1		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

Obs: Quadro preenchido conforme PCMSO vigente.

4.1.5.1. As propostas apresentadas pelos interessados deverão conter, obrigatoriamente, as descrições dos serviços, obedecendo às especificações contidas neste item e demais descrições que permitam sua perfeita identificação;

4.2 Informar necessidade de visita técnica:

4.2.1. Não há necessidade de visita técnica para este objeto.

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO: MODALIDADE

5.1. Modalidade de licitação:

5.1.1 Será adotada o Procedimento na modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

5.2. Critério de julgamento das propostas:

5.2.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.3. Critério de adjudicação/ seleção do fornecedor

5.3.1. O critério de adjudicação será por valor global.

5.4. Opção pela utilização ou não do Sistema de Registro de Preços

5.4.1. Não deverá ser utilizado o Sistema de Registro de Preços.

5.5. Permissão ou vedação quanto à participação de consórcios

5.5.1. Não será permitida a participação de consórcios.

5.6. Permissão ou vedação quanto à participação de cooperativas;

5.6.1. Será permitida a participação de cooperativas.

6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias úteis, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito posterior de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.1.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser solucionados imediatamente, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.2 A gestão e a fiscalização do contrato consistirão na verificação da conformidade da sua escorreita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas, devendo ser exercida pelo gestor do contrato designado pela CONTRATANTE, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e pelo fiscal administrativo, cabendo ao responsável legal ou preposto da CONTRATADA o acompanhamento dessas atividades;

6.3 O recebimento definitivo do objeto se dará através da análise e aprovação do material entregue e dos seguintes documentos:

I. Nota Fiscal correspondente aos Serviços prestados, quando houver, de referente ao evento em que o serviço foi prestado.

II. Recibo, que poderá ser substituído por comprovante de pagamento emitido pelo financeiro da AFEAM;

III. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e do FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos em validade.

6.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado para esta licitação é sigiloso, na forma do art. 34 da Lei nº 13.303/2016.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após cada prestação de serviço, efetuado conforme a demanda da CONTRATANTE, **em até 10 (dez) dias úteis** após a apresentação da Nota Fiscal e ateste do fiscal técnico do contrato, que se dará mediante a apresentação dos documentos elencados no subitem 6.3 deste Termo.

9. REAJUSTE

9.1 Os preços registrados poderão ser alterados, por reajuste, apenas depois de decorridos 12 (doze) meses,

nos termos do artigo 190 e ss. c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

9.2 O prazo mencionado no subitem 9.1 será contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, nos casos de reajuste.

9.3 Os valores contratuais serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

9.4 Havendo necessidade de revisão por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após a devida comprovação e demonstração analítica dos fatos e dos novos custos pelas partes, a mesma poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecidos os procedimentos constantes do artigo 200 c/c artigo 140 inciso VIII do RILC AFEAM.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

10.1 O prazo de execução do serviço será o mesmo prazo de vigência contrato, de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 71, da Lei nº 13.303, de 2016.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 Não se aplica. Os serviços contratados serão executados integral ou parceladamente pelo fornecedor, de acordo com a solicitação da AFEAM, a ser materializada por meio da Autorização de Fornecimento – AF.

12. AMOSTRAS

12.1 Não haverá exigência de amostras para a presente contratação.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Cumprir fielmente o objeto do contrato;

13.2 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

13.3 NA ASSINATURA DO CONTRATO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR:

13.3.1 Declaração informando o nome do Médico devidamente habilitado com comprovação de título de especialista em Medicina do Trabalho, emitido pela AMB/ANAMT ou comprovação de residência médica nesta área em instituição reconhecida pelo Conselho Regional de Medicina. Caso o Médico seja de outro estado, o mesmo deverá ter visto do CRM – Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas, quando da assinatura do contrato.

13.4 Fornecer os serviços de acordo com o pactuado;

13.5 Indicar nome e telefone para comunicação e notificação para atendimento das demandas, bem como esclarecimentos de dúvidas de qualquer natureza quanto aos serviços objeto do contrato;

13.6 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

- 13.7** Fornecer e colocar à disposição da CONTRATANTE todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à consecução do objeto do contrato;
- 13.8** Guardar sigilo absoluto sobre dados e informações contidos nos arquivos, documentos ou em qualquer outro sistema de informações a que tiverem acesso;
- 13.9** Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem incorreções resultantes da execução;
- 13.10** Atender prontamente as instruções do fiscal do contrato inerentes à execução do objeto contratual, quanto ao horário e local de execução do objeto do contrato, permanência e circulação de pessoas no prédio da CONTRATANTE, dentre outras, devendo instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 13.11** Apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce;
- 13.12** Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE, bem como por toda e qualquer alteração relativa a incidência de impostos, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus ou ação judicial;
- 13.13** Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 13.14** Pagar todos os tributos, contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato;
- 13.15** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 13.16** Cumprir, além dos postulados legais vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança na execução dos serviços na CONTRATANTE.
- 13.17** Responsabilizar-se por todos os materiais concernentes à prevenção de riscos ocupacionais que seus colaboradores necessitarem para execução dos trabalhos;
- 13.18** Primar pela qualidade do serviço prestado;
- 13.19** Elaborar, implantar e coordenar os Programas de controle médico de saúde ocupacional – PCMSO da CONTRATANTE junto ao e-social;
- 13.20** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.21** Manter seu nível de serviço em acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados;
- 13.22** Executar o fornecimento previsto dentro das especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, satisfazendo a estes requisitos tanto no todo como nas partes.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1** Permitir à CONTRATADA executar o objeto do contrato;
- 14.2** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a boa e fiel execução do objeto do contrato;
- 14.3** Utilizar os serviços unicamente para os fins estabelecidos neste contrato;
- 14.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 14.5** Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 14.6** Nomear Fiscais Técnico e Administrativo, bem como seus substitutos do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 14.7** Rejeitar o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo imediata correção ou substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções na execução, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE;
- 14.8** Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relevante relacionada com o objeto do contrato;
- 14.9** Realizar as retenções legais e recolhê-las para os órgãos competentes;
- 14.10** Dar ciência à CONTRATADA do Código de Ética, Conduta e Integridade da CONTRATANTE, fornecendo cópia do mesmo, bem como do Termo de Compromisso e Adesão para coleta de assinatura junto aos empregados da CONTRATADA;
- 14.11** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.12** Não permitir a execução dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas.

15. EXIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO

15.1 Critérios de Habilitação Jurídica

- 15.1.1** A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:
- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa

individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VIII. os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

IX. Para representação por meio de instrumento de procuração, a empresa com proposta de menor preço deverá apresentar, além da documentação pessoal do procurador, o Instrumento Particular ou Público de Procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome da empresa representada. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia autenticada do contrato social e ou outro documento constitutivo.

15.2 Critérios de Qualificação Técnica

15.2.1. Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

I - 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica que deverão comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação e deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente do licitante;

a) com relação à quantidade dos atestados a que se refere o inciso I do subitem 15.2, deverá demonstrar que o licitante executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que correspondam a 30% (trinta), do quantitativo total de funcionários, ou seja, 54 funcionários;

b) para atendimento do critério de quantidade constante no parágrafo anterior, poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes desde que tenha sido realizado no mesmo período.

c) Com relação ao prazo de execução dos serviços, deverá ser comprovado que o licitante já executou

objeto em contratação semelhante, pelo mesmo prazo de vigência inicial do contrato estipulado em instrumento convocatório, ininterruptos ou não, ou seja, 12 (doze) meses.

II. Comprovante de registro no órgão competente - alvará de funcionamento (no ramo de clínica de saúde ocupacional), na cidade Manaus.

III. Licença Sanitária emitida pelo Departamento de Vigilância Sanitária (DVISA) ou equivalente;

IV. Comprovação de inscrição no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

V. Registro ou inscrição de pessoa jurídica no Conselho Regional de Medicina (CRM), em validade com indicação do objeto social compatível com o objeto desta contratação, do estado do Amazonas.

VI. Alvará de Funcionamento da Vigilância Sanitária em vigência para a atividade de medicina do trabalho (clínica).

15.3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira

15.3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se a:

I. apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

II. apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; e

15.3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação dos índices abaixo, podendo ser apresentada por meio de Declaração de Capacidade Financeira (**Anexo III-A**):

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Caso não atendido os índices na forma do item anterior, comprovar capital mínimo ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.4. Regularidade Fiscal

15.4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso;

II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos



Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,

III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

16. CONTRATO

16.1. As cláusulas referentes à presente contratação estarão descritas na Minuta do Instrumento equivalente ao Contrato, anexo do Edital de Procedimento na Modalidade Similar ao Pregão Eletrônico.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. Não se aplica por não haver compatibilidade com o objeto.

18. PENALIDADES

18.1. Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa, na forma prevista neste Contrato; e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos I e III, do item 18.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

18.3. A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

18.3.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.4. No caso de inexecução parcial, incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da AFEAM;

18.5. No caso de inexecução total, incidência de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da AFEAM;

18.6. A sanção de multa será aplicada na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da "Tabela 1 - Grau de infrações", respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência,

constantes na “Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau”;

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	04
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais.	03
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	03
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	02
05	Deixar de zelar pelas instalações da CONTRATANTE utilizadas.	03
06	Utilizar as dependências da AFEAM para fins diversos do objeto do contrato.	03
07	Retirar das dependências da CONTRATANTE qualquer equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal do contrato.	03
08	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	02
09	Deixar de atender às demandas e solicitações da CONTRATANTE nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados, no Edital e seus Anexos.	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas.	01
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE.	02
12	Não entregar a amostra do equipamento ou produto, quando solicitado.	02
13	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada.	04
14	Paralisação da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE.	04
15	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	04
16	Não executar o objeto contratado com a mesma qualidade demonstrada no momento da amostra (degustação).	03

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns ou aquisições:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

18.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico:



<<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

19. GARANTIA

19.1. Não há necessidade de solicitação de garantia em virtude de o desembolso ocorrer somente após a comprovação da prestação do serviço.

20. APROVAÇÃO

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara que este Termo de Referência, referente ao DOD nº 30/2025, está de acordo com a Lei nº 13.303/2016, bem como com o RILC-AFEAM.

Manaus, 15 de maio de 2025.

Alessandra de Moraes Veras
Assessora/GEPEC
Mat. 327

Gabrielle Queiroz Almeida
Coordenadora de Gestão de Pessoas/GEPEC
Mat. 164

Ívia Victória Monteiro Lima de Mattos
Especialista de Fomento/GEPEC
Mat. 784

Márcia Campelo da Silva
Assessora/GEPEC
Mat. 596

De acordo,

Manaus, de de 2025.

Aprovação da Área Administrativa

JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇAVES
Gerente da GERAD

APROVO,

Manaus, de de 2025.

Autoridade Competente

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor-Presidente